



OEA



**Adriana Augusta
de Moura Souza**

Presidente da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho. Procuradora do Ministério Público do Trabalho desde 16/9/1999. Coordenadora da Coordenadoria de Assuntos Internacionais do MPT de 2004 a 2008. Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região/MG nos biênios de 2015-2017 e 2017-2019. Coordenadora do Grupo Especial de Atuação Finalística/GEAF Barragens da PRT3ª Região desde 2019. Mediadora do Núcleo de Autocomposição do MPT de 2019 a 2023. Coordenadora da Comissão de Atuação Estratégica do MPT no período de 2022 e 2023. Coordenadora/organizadora de obras jurídicas e autora de artigos em diversas publicações. Professora de Direito Processual do Trabalho.





OEA



Adriana Cruz

Secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Juíza titular da 5ª VF Criminal no Rio de Janeiro. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC RJ. Doutora em Direito Penal pela UERJ. Professora de Direito Penal na PUC-RIO. Integra os Comitês Executivos do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário e do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial, ambos no CNJ.





OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Ex-Presidente da Associação do Ministério Público
do Estado da Bahia.

Assessor Especial da Presidência da Conamp.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-
Espanha.





OEA



Alejandro Marcos
Gallandat Luzuriaga

Nascido em Posadas, Misiones, Argentina. Bacharel em Direito formado na Universidade del Salvador na Cidade de Buenos Aires (ano 2000). Mestre em Políticas Públicas (Universidade Nacional de Misiones – Argentina). Exerceu a profissão de advogado até o ano de 2015, quando ingressou no Poder Judiciário da Nação. Atua como Juiz Federal de Primeira Instância da Cidade de Oberá, Misiones, desde o ano de 2019, com competência Civil e Penal. É Docente Titular da Cátedra na matéria “Finanças, Direito Tributário e Aduaneiro” desde o ano de 2020 e anteriormente foi Docente Adjunto da matéria “Teoria do Estado” desde o ano de 2010, na Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Gastón Dachary (Misiones, Argentina).



Artigos publicados:

- “El problema de los tipos penales sujetos a montos dinerarios fijos”. Coautores: Gallandat Luzuriaga, Alejandro y Catalano, Mariana. En Temas de Derecho Penal y Procesal. Comp. Ricardo A. Parada. Dirigido Antonio Borinsky. ERREIUS. Bs. As. 2021.
- “El encubrimiento de contrabando en los mercados informales. El caso del Mercado Modelo “La Placita” de Posadas y el tercero adquirente”. Coautores: Gallandat Luzuriaga, Alejandro y Biré Barberan, Felicitas. Revista Jurídica del Nordeste Argentino – Nº 16 – Bs. As. Julio 2022.
- “Retos de la cooperación judicial entre Argentina y España en delitos de trata con fines de explotación sexual” Coautores: Gallandat Luzuriaga, Alejandro y Laliena Piedrafita, Ana Libertad. Sapientia, volumen 14, No.3 septiembre 2023. ISSN L 2710-7566. <https://revistasapientia.organojudicial.gob.pa/index.php/sapientia/article/view/468/324>



OEA



Ana Paola Diniz

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Conselheira da ENAMAT. Diretora da Escola Judicial do TRT 5ª Região. Professora de Direito Civil da UNEB – Universidade Estadual da Bahia. Mestre em Direito Privado pela UFPE. Mestre em Direitos Sociais pela Universidad Castilla de la Mancha, Espanha. Coordenadora da Coordenadoria de Execução e Expropriação do TRT-5 no biênio 2013/2015, mesma ocasião em que foi Coordenadora Pedagógica da Ejud-5. Desembargadora Conciliadora CEJUSC-2 nos biênios 2019/2021 e 2021/2023. Conselheira da Ejud-5 no biênio 2021/2023.





OEA



Ana Paula Taucedo
Branco

Natural do Recife/PE, Ana Paula Taucedo Branco é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo desde 1991 e Mestre em Direito Constitucional - Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV, titulação alcançada em 2006. Pós-Graduada pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória/Consultime em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho e Direito Previdenciário, curso concluído em 2000. Autora de artigos jurídicos e livros com ênfase nas temáticas Constitucional-Trabalhista e Mediação, como a obra “A Colisão de Princípios Constitucionais no Direito do Trabalho” (Editora LTr). Professora da Pós- Graduação da Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Desembargadora do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), desde 2012. Presidente e Corregedora do TRT-ES no biênio 2019-2021. Secretária Geral da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação do CNJ (Conaproc) em 2017. Membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), no biênio 2019-2021.



Membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento Técnico de Magistrados do Trabalho (ENAMAT-TST), desde fevereiro de 2023. Diretora da Escola Judicial de Aperfeiçoamento Técnico e Formação de Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho (EJUD-17^a Região), no biênio 2023-2025. Tutora do Curso de Formação Continuada (EAD) em Direito Constitucional do Trabalho para Magistrados do Trabalho da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento Técnico de Magistrados do Trabalho (ENAMAT-TST), a partir de outubro de 2023.



OEA



Ángel Ramón Daniel
Cohene Gonzalez

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais da U.N.A. (Universidad Nacional de Asunción). Licenciado em jornalismo pela Faculdade de Filosofia da U.N.A. Pós-graduado em didática universitária pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

Foi Fiscal do Trabalho na capital (Paraguai). Foi Juiz do Trabalho do Primeiro Grau do Segundo Turno da Circunscrição Judicial da capital (Paraguai). Juiz do Trabalho do Primeiro Grau. Membro do Tribunal de Apelação do Trabalho (capital – Paraguai). Desde 2005 atua na Primeira Sala da referida Corte.

Atualmente está no quinto mandato como presidente da Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai.



OEA



Benedito Gonçalves

Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde Setembro de 2008, membro da Corte Especial, Primeira Seção e Primeira Turma de Direito Público do STJ, compondo também o Conselho de Administração da Corte. Membro da Comissão Permanente de Jurisprudência e Ex-Corregedor Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Autor de diversos artigos jurídicos e palestrante em inúmeros congressos, seminários e eventos acadêmicos.





OEA

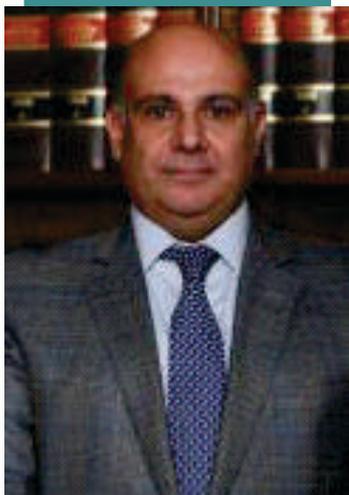


Caio Marinho

Presidente da AJUFE, atualmente lotado na 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal do Amapá e do Pará - TRF1; Presidente da 1ª Turma e Coordenador das Turmas Recursais; foi Juiz Eleitoral substituto no Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE/PA, de junho de 2023 a junho 2024; Coordenador Comitê de Gestão de Pessoas - TRF1, de 2019 a 2024; integrante do Centro Local de Inteligência da Justiça Federal - Seção Judiciária do Pará; Coordenador dos Juizados Itinerante do Marajó, nos anos de 2018 e 2019; Juiz Instrutor do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no período de junho de 2016 - 2018.



OEA



Carlos Vera Barros

Carlos Alberto Vera Barros. Nascido em Rosário, Província de Santa Fé, Carlos Vera Barros é formado em Direito pela Universidade Católica Argentina e Mestre em Direito Penal pela Universidade Complutense de Madrid; Também obteve pós-graduação em Controle de Convencionalidade e Direito Comparado na Universidade de Bolonha; Desenvolve sua atividade docente como Professor de Graduação e Pós-Graduação de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica e na Escola Judiciária do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação; É membro do Instituto de Federalismo da Academia Nacional de Direito de Córdoba. Palestrante e publicista de temas de sua especialidade no país e no exterior, ministrou cursos de aprimoramento para o Judiciário no Peru, atualmente atua como Titular da 3ª Vara Federal de Rosário, Argentina.



OEA



Caroline Vaz

Natural de Porto Alegre/RS, é Promotora de Justiça do Estado do RS, já foi Subprocuradora-Geral de Justiça de Gestão Estratégica (2021/2023), Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPRS (2019/2021) e Coordenadora do Centro de Apoio do Consumidor por duas gestões (2014/2019). Foi Vice-Presidente da AMPRS (2013/2015). É Doutora em Direito pela Universidade de Zaragoza (Espanha), Mestre em Direito pela PUCRS e acadêmica no LLM de Direito Digital, Cybersecurity e Inteligência Artificial na FMP. Professora de Direito Civil e Direito do consumidor da Graduação e da Especialização da PUCRS e palestrante dos Cursos Preparatórios da ESMAFE e FMP. Autora de livros e artigos na área de Responsabilidade Civil.



OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da
Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direi-
to de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade
de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.





OEA



Cristina Nascimento
de Melo

Natural de Jataí/GO, Cristina Nascimento de Melo é Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás e Mestre em Direito Público pela Universidade Católica de Brasília. Foi Procuradora da República por mais de dez anos. No Ministério Público Federal, atuou como Procuradora Eleitoral, foi diretora da Associação Nacional dos Procuradores da República e Secretária Geral do Conselho Nacional do Ministério. Também integrou o Observatório Nacional sobre questões ambientais e sociais do CNJ, onde atuou com assessora de apoio interinstitucional. Possui livro sobre Terras Indígenas e teve ampla atuação na defesa dos direitos de povos originários. Participou de estudos conjuntos com a Suprema Procuradoria da China sobre a defesa dos direitos coletivos no Brasil. Atualmente é Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.





OEA



Daniel Raupp

Natural de Criciúma/SC, Daniel Raupp é Juiz Federal titular da 1ª Vara Federal de Tubarão/SC. Doutorando em Ciência Jurídica pela Univali (SC). Mestre em Ciência Jurídica pela Univali (2020). Master of Laws (LLM) pela Delaware Law School (EUA). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Autor do livro "O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a possibilidade de ocupação da zona costeira mediante desenvolvimento sustentável (Ed. Habitus, 2020).



OEA



Daniela Madeira

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça. Juíza federal titular da 4 Vara Federal no Rio de Janeiro. Mestre em Direito Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Direito pela Universidade Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030. Membro da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.





OEA



**Dante Mauricio
Negro Alvarado**

Bacharel em Direito pela Pontificia Universidad Católica del Perú, onde também concluiu pós-graduação em Direito Econômico Internacional. Mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame, Indiana. Trabalha na Organização dos Estados Americanos (Washington, D.C.) desde 1995 e é Diretor do Departamento de Direito Internacional desta Organização desde 2006. É Secretário Técnico da Comissão Jurídica Interamericana, e, como tal, nos últimos anos promoveu ativamente a adoção de princípios sobre privacidade e proteção de dados pessoais (2021); a lei modelo interamericana 2.0 sobre acesso à informação pública (2020); o guia sobre a lei aplicável aos contratos comerciais internacionais (2019); os princípios da defesa pública nas Américas (2016); os princípios sobre recibos alfandegários eletrônicos para produtos agrícolas (2016); o guia de princípios sobre responsabilidade social empresarial na área de direitos humanos e meio ambiente nas Américas (2014); e a lei modelo das sociedades simplificadas (2012).



Desde 2009, leciona no Mestrado em Proteção Internacional dos Direitos Humanos da Universidade de Alcalá, Espanha, e foi nomeado professor honorário da Universidade de San Martín de Porres, em Lima, Peru. É membro do Instituto Hispano- Luso-Americano-Filipino de Direito Internacional (IHLADI), do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP), da Associação Americana de Direito Internacional Privado (ASADIP) e International Law Association (ILA) – capítulo peruano. Além disso, é membro do Conselho Editorial da Revista "Agenda Internacional" do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP) e do Conselho Editorial da Revista "Direito e Sociedade" da Associação Civil Direito e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Ele fez inúmeras apresentações sobre temas de Direito Internacional, público e privado, e o sistema interamericano na América e na Europa.



OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



OEA



Denise Abade

Procuradora Regional da República. Coordenadora Nacional do grupo de trabalho “Pessoas não-nacionais privadas da liberdade”, (MPF). Corregedora Auxiliar do Ministério Público Federal. Doutora em direito constitucional e processual pela Universidad de Valladolid, mestre em direito processual penal pela USP. Professora na faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do programa de pós-graduação do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa). Coordenadora do working group "Equity and Criminal Justice" do Berkeley Center on Comparative, Equality and Anti-Discrimination Law (Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia em Berkeley, EUA). Autora de diversos artigos e livros, dentre eles Direitos Fundamentais na Cooperação Jurídica Internacional (Editora Saraiva)



OEA



Francisco Zanicotti

Procurador-geral de Justiça (gestão 2024/26). É integrante do Ministério Público do Paraná há 27 anos, com atuação em diversas Promotorias de Justiça. Atualmente, é titular da 2ª Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente da capital. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Teologia pela Faculdades Batista do Paraná e especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUC-PR. Presidiu a Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), no biênio 2013-2015. Exerceu, ainda, as funções de promotor-corregedor, coordenador executivo da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SubAdm) e diretor-secretário da Procuradoria-Geral de Justiça. Preside o Grupo Nacional de Combate a Crimes Econômicos e Tributários do Conselho Nacional e a vice-presidência da região Sul, ambos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).



OEA



Frederico Mendes Jr.

Frederico Mendes Junior, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, Paraná. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Integra o GEPHEIINSE - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPq). Mestre em Direito Processual e Cidadania na Universidade Paranaense (UNIPAR). Graduado em Direito na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), por dois mandatos. É presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB). Tem experiência administrativa junto a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná e procuradoria jurídica do Município de Maringá. Experiência em ensino superior. Atualmente é professor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito.



OEA



Hayssa Kyrie
Medeiros Jardim

Procuradora da República lotada no Município de Umuarama-PR. Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Adjunta do Estado do Paraná. Mestranda em Direito Público pela Universidade Católica de Brasília. Integrante do Grupo de Apoio da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF no tema Lavagem de Dinheiro, Crimes Fiscais e Sistema Financeiro Nacional (GALD-SFN).





OEA



Jarbas Soares Junior

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG). É Procurador de Justiça desde maio/2001, tendo exercido as funções de Promotor de Justiça nas Comarcas de Januária, Manga, Ouro Preto, Mariana e Itabirito. Em sua atuação na defesa do Meio Ambiente, foi presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA) por três gestões, de 2003 a 2011; membro da Comissão de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza; professor desta disciplina na UNIFENAS, na Escola Superior do Ministério Público e na Escola de Advocacia da OAB/MG. Foi Conselheiro do CNMP por dois mandatos, tendo assumido a Presidência da Comissão de Direitos Fundamentais e coordenado grupos de estudos de propostas de regulamentação, dentre outros, da autocomposição de conflitos. Preside atualmente o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Doutor honoris causa pela UNICOR.



É um dos autores do “Manual de Atuação do Promotor de Justiça” (2004); coordenador das obras “O Meio Ambiente na visão do Ministério Público e da Magistratura” (2008) e “Efetividade do Direito Ambiental” (2008); coautor do livro “20 Anos da Constituição Federal” (2009) e da obra “Ficha Limpa”, escritos com os autores da Lei Complementar nº 135/2010, e Coordenador dos livros “O Meio Ambiente no STJ”, “A Jurisprudência Ambiental do STF Comentada” e da Coleção Direitos Fundamentais, todos da Editora Del Rey. Atual Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais em seu quarto mandato, prima pelo diálogo institucional. Palestrante em diversos Congressos, Seminários, Encontros e Simpósios no Brasil e exterior.

Nascido em Montes Claros, Minas Gerais, recebeu a cidadania honorária de vários municípios, tendo orgulho de ser mineiro e desbravar estas montanhas, dedicando para que a vida pessoal e profissional seja conduzida com equilíbrio, movimento e foco.



OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria- Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



José Barroso Filho

Ministro do Superior Tribunal Militar (2014 -).
Vice-Presidente e Corregedor da Justiça Militar da União (2019/2021);
Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União ENAJUM (2016/2018);
Ministro Ouvidor do Superior Tribunal Militar (2015);
Juiz Federal da Justiça Militar da União, com atuação nas cinco regiões do Brasil (de dez/1997 a abr/2014);
Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (DF) (mar a jun/2008);
Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (DF) (abr/2009 a fev/2011);
Juiz de Direito – Minas Gerais (1996/1997);
Juiz de Direito- Pernambuco (1992/1996);
Juiz Eleitoral (45ª e 123ª Zonas Eleitorais TRE/PE) (1992/1996);
Promotor de Justiça (BA) (1992);
Conselheiro do Conselho Nacional de Educação (2020/2024);



Pós-graduado: Administração Judiciária pela Universidade de Geórgia – EUA (2019); Formação de Magistrados pela Escola Judicial Edésio Fernandes/MG; Formação de Magistrados pela Escola de Formação de Magistrados/BA; e Gestão Pública pela Escola Superior de Guerra/RJ.

Especialista em Direito Público pela Universidade Salvador (UNIFACS/BA);

Professor Emérito da Escola do Comando e Estado-Maior do Exército;

Conferencista da Escola Superior de Guerra;

Diretor de Apoio Institucional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito;

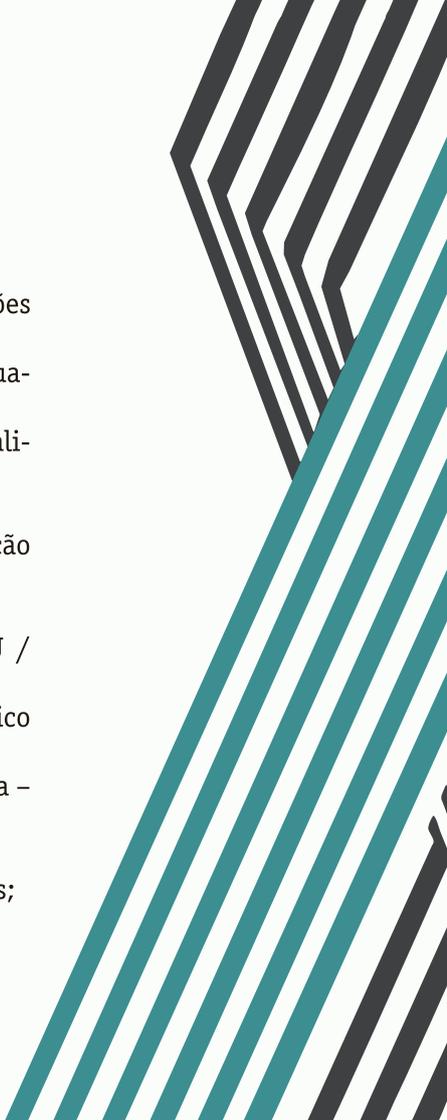
CONPEDI (2016/2019);

Conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2017/2019);

Membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB);

Missões oficiais: Portugal (2015), China (2016), Índia (2016), Haiti (2016), Espanha (2017),

Estados Unidos da América (2019), Alemanha e Hungria (2024);



Integrante do Projeto RONDON (registrando 15 operações em diversos estados do Brasil);
Integrante como Observador do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA);
Integrante como Observador do Grupo Especial de Fiscalização Móvel Combate ao Trabalho Escravo (GEFM);
Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)(2008/2010);
Selecionado para o posto de Juiz Internacional (ONU / Timor Leste) 2008;
Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP (2010/2014);
Diretor Científico do Centro de Cultura Jurídica da Bahia – CCJB (2004);
Professor universitário (Pós-Graduação e Graduação);
Membro de Bancas Examinadoras em Concursos Jurídicos;
Autor de várias obras e artigos acadêmicos.



OEA



Karina Perilli

Especialista em Administração da Justiça (Universidade Nacional de Buenos Aires) Karina Rosario Perilli. Desembargadora da 3ª Câmara de Direito Penal Econômico do Tribunal Oral da cidade de Buenos Aires, República Argentina. Vice-presidente da AJUFE Argentina para a cidade de Buenos Aires.

Formada pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires. Desenvolveu sua carreira profissional no Juizado Penal Econômico da cidade de Buenos Aires, como juíza substituta responsável pelo Juizado Penal Tributário Nacional nº 2. Recebeu, junto com sua equipe de trabalho, o Prêmio FORES de Excelência Judicial 2006. Ademais, o Tribunal que preside atualmente recebeu a certificação internacional de gestão da qualidade pelas normas ISO 9001 em novembro de 2019. Especialista em Direito Penal (Universidade de Palermo) Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino).



OEA



Leandro de Matos
Coutinho

Natural de Niterói/RJ, Leandro de Matos Coutinho é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1999), Mestre em Direito Público pela UNESA, titulação alcançada em 2018, e atualmente é Doutorando em Direito pela mesma Universidade. Possui ainda Especialização em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2007). Autor do livro *Compliance Anticorrupção, a Lei das Estatais e a Defesa do Estado Democrático de Direito*, publicado pela Lumen Juris em 2018, além de diversos artigos em revistas e obras coletivas. É advogado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2002, com longa carreira executiva, atuando atualmente na assessoria da Diretoria Jurídica. É fundador e ex-presidente do Instituto Compliance Rio (ICRio), exercendo no momento o mandato de presidente do Conselho Deliberativo do Instituto (2022-2026). É também vice-presidente do Conselho Consultivo da Alliance for Integrity Brasil (2022 – 2024). É ainda Professor e palestrante em eventos nacionais e internacionais.



OEA



Leonardo Méndez
Martínez

Nascido em Montevidéu, Uruguai, em 14 de agosto de 1982, é Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade da República Oriental do Uruguai desde dezembro de 2008, e Mestre em Direito Contratual Civil pela Universidade Católica do Uruguai desde junho de 2020. É Juiz desde novembro de 2009, foi Assessor Técnico Jurídico da Suprema Corte de Justiça no período de fevereiro de 2011 a abril de 2016, e atualmente atua como Juiz de Primeira Instância em Falências. É Presidente da Associação de Magistrados do Uruguai desde setembro de 2022.



OEA



Luciana Conforti

Luciana Paula Conforti. Natural de São Paulo, é Juíza do Trabalho, Titular de Vara, do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco-TRT6, desde 1998. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília - UnB. Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA e Diretora-Geral da Escola Nacional Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ENAMATRA (2023-2025), Presidente da Comissão ANAMATRA Mulheres, Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho e do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho, Integrante dos Grupos de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania" (UnB/CNPq), "Trabalho Escravo Contemporâneo" (UFRJ/CNPq) e "Direito do Trabalho e Dilemas da Sociedade Contemporânea" (UPE/CNPq). Autora do livro Direito Fundamental de Não Ser Escravizado no Brasil (RTM, 2022). Professora.



É membro do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF). Na área acadêmica, é coautor do livro “Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos”, organizador do livro “Direito Eleitoral Contemporâneo - 70 anos da redemocratização pós-ditadura Vargas e da reinstalação da Justiça Eleitoral e coordenador do livro “Sistema de Integridade e Poder Judiciário. Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux”. Recebeu várias honrarias e comendas, sendo a mais elevada a admissão na Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil – no Grau de Grande Oficial.



OEA



Lucinéia Possar

Diretora Jurídica do Banco do Brasil S.A. Presidente do Conselho Fiscal da BB Seguridade Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração da Alelo S.A. Diretora Setorial do Comitê de Assuntos Jurídicos da Febraban. Presidente do Comitê Transações com Partes Relacionadas do Banco Votorantim S.A. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. MESTRE em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Pós-Graduada em Direito Econômico e das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Gestora de Serviços Jurídicos (FGV). Professora de Direito Empresarial no UniCEUB, no IDP e no IBMEC.





OEA



Luciano Maia

Desembargador Eleitoral LUCIANO NUNES MAIA FREIRE
Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - TRE/CE; Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral Cearense; Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza; Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, por dois biênios consecutivos, 2017/2019 e 2019/2021, como representante da magistratura brasileira; Juiz de Ligação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (2021/2023); Mestre em Ciência Política pela Universidade de Lisboa; Palestrante, coordenador e co-autor de diversas obras jurídicas.





OEA



Luiz Fernando
Tomasi Keppen

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, natural de União da Vitória/PR, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou a carreira na Magistratura Estadual em 1989, tendo atuado nas comarcas de Umuarama, Alto Paraná, Campo Mourão, Londrina e Curitiba. Em 2013 foi promovido a Desembargador Estadual, atuando nas 18^a, 6^a e 16^a Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi Vice-Presidente e Corregedor (2016/2017) e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2016/2017). Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2019/2021), membro de vários Comitês e Grupos de Trabalhos, sendo, inclusive, relator da Resolução CNJ nº 410, que estabeleceu a Política Nacional de Integridade Judicial.



OEA



Manoel Victor Sereni
Murrieta e Tavares

Tem graduação em Curso de Direito pela Universidade da Amazônia (1993). É Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará desde 1995, com atribuições de atuação no Tribunal do Júri. Pós-graduado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - UFPA na área de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Foi presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará por dois mandatos (biênios 2014-2016 e 2016-2018). Atualmente cumpre segundo mandato como presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP. Vice-presidente da FLF- Federación Latina de Fiscales e Diretor-Executivo pela America Latina na IAP- International Association of Prosecutors.



OEA



**Marcial Celedonio
Machado Orihuela**

Bacharel em Direito e Notariado pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidad Nacional de Asunción. Especialista em didática superior universitária pela Universidad Autónoma de Asunción.

Egresso da Escola Judicial do Conselho da Magistratura.

Especialista em Direito Penal e Processo Penal.

Professor universitário.

Foi Defensor Público em matéria Penal até 2006 e, desde então, atua como Promotor de Justiça em matéria Penal na Circunscrição Judicial da capital (Paraguai).

Atualmente é Tesoureiro da Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai no seu quarto mandato consecutivo.



OEA



Marco Aurélio
Bezerra de Melo

Marco Aurélio Bezerra de Melo é formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (1993). Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2007). Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2018). Experiência na área de Direito Civil e Urbanística. Atuou como defensor público de 1994 a 2008.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro desde 2008, pelo quinto constitucional, onde integra a 5ª Câmara de Direito Público. Exerce o mandato de Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro para o biênio 2023-2025.

É professor titular de Direito Civil do IBMEC-RJ, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio, na área de concentração Direitos Fundamentos e Novos Direitos (Capes 5).



OEA

Pesquisador vinculado ao CNPQ na área de titularidades e direitos fundamentais. Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Direito Civil, Membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros, Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário, Membro Componente das I, III, IV e V e VII e VIII Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal - STJ, Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, e Associado Benemérito da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário.

Na EMERJ, é professor e conferencista emérito, membro do Conselho Consultivo há 4 mandatos, coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Ambiente e Moradia (NUPEAMIA), do Curso de Preparação na Área de Contratos e Presidente do Fórum Permanente de Direito Civil Sylvio Capanema de Souza.



OEA



Pablo Fernando Moran

Juez titular del Juzgado Federal número 1 de Formosa, Argentina, con competencia múltiple en todas las cuestiones federales propias de una provincia de frontera. Su jurisdicción abarca áreas tan diversas como el derecho penal, penal económico, civil, comercial, contencioso administrativo, tributario, laboral, y también la competencia electoral.

Egresado de la prestigiosa Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires (UBA) en el año 1991, el Dr. Morán ha complementado su formación académica con múltiples cursos de posgrado y especializaciones, tanto en Argentina como en el exterior. Posee una vasta experiencia en derecho penal y derecho electoral. Su trayectoria incluye más de 33 años de ejercicio de la profesión jurídica, tanto en la práctica profesional como abogado en Buenos Aires, como también siete años como juez de garantías y de tribunal oral del fuero penal, de la responsabilidad penal juvenil en la provincia de Buenos Aires.



OEA



Pablo Montesi

Nascido na Cidade de Córdoba, República Argentina, Pablo Montesi é Bacharel em Direito formado pela Universidade Nacional de Córdoba em 1987, contando com 32 anos no exercício da profissão; Especialista em “Mediação” pela Fundação Libra – UBA em 1995; Mestrado em Relações Internacionais para o Mercosul pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em 2005; Professor Titular por concurso da Cátedra de Narcocriminalidade e por designação da Cátedra de Casos Complexos II, da Licenciatura em Criminologia da Universidade Empresarial Siglo XXI desde 2020 e 2022 respectivamente; Coautor do Livro “Extensão da Falência” Ed. Astrea 1997 –ISBN: 950-508-144-8, e da publicação “Brasil: Mercosul e direito interno” Ed. Foro de Córdoba, 2004, Ano V, N° 15; Juiz Federal Convocado (Conjuez) Decreto 343/2018; Juiz Federal Substituto do Juizado Federal de San Francisco (Córdoba) 2018/2020; atualmente Juiz Federal Titular do Juizado Federal de San Francisco (Córdoba) Decreto 226/2023 desde maio de 2023.



OEA



Paulo Gonet Branco

Paulo Gonet Branco é formado em Direito pela Universidade de Brasília (1982), mestre em Direitos Humanos Internacionais pela Universidade de Essex, no Reino Unido (1990) e doutor em Direito pela UnB (2008). Ingressou no Ministério Público Federal em 1987, tendo sido aprovado em 1º lugar. Em 2012, foi promovido por merecimento ao cargo de subprocurador-geral da República, último nível da carreira. Atuou como diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) entre 2020 e 2021, como vice-procurador-geral Eleitoral, de julho de 2021 a setembro de 2023, e procurador-geral eleitoral interino entre setembro e dezembro de 2023. Paulo Gonet é professor universitário há mais de 35 anos, com diversas publicações e artigos jurídicos, em especial Direito Constitucional, versando temas relacionados a direitos fundamentais, controle de constitucionalidade e estrutura do Estado.



OEA



Peterson de Paula
Pereira

Procurador da República.

Nascido em Curitiba, em 16 de março de 1968. Desde 1996 residindo no Distrito Federal.

Bacharel em Direito - Universidade do Vale do Itajaí - Campus Biguaçu - 1992 - 1996

Graduação com habilitação em direito do trabalho.

Especialização em Direito Sanitário - Escola Superior do MPU/FIOCRUZ

Especialização com a monografia: Certificado de Boas Práticas de Produção e Controle: visão do Poder Judiciário perante a mora da Anvisa

Especialização em Direito Público - Associação de Ensino Unificado do DF - UNIDF - 2001 - 2002

Especialização carga de 360 horas, dissertação intitulada: Processo Legislativo: a revisão entre as duas Casas do Congresso Nacional



Título Ofício atribuição plena PR/AM (2003/2004)
Chefia PR/AM - 2003
PRDC PR/AM - 2003
Titular ofício cível improbidade administrativa PR/GO (2004/2005)
Titular ofício Segurança Social e Educação PR/DF (2005/2013)
Membro FT Fundos de Pensão PR/DF - 2006
Representante MPF no SIOPS (aplicação recursos saúde)
PRDC PR/DF - 2008
PRE PRR 1 Região Substituto - 2008
Secretário Relações Institucionais PGR - 2014/2017
Coordenador Comissão Trabalho Elaborar Proposta Legislativa
Abuso de Autoridade - 2017
Coordenador Controle Externo Atividade Policial PR/DF
(2021/2023)
Titular 16 Ofício Criminal e Controle Externo PR/DF
Vice Procurador-chefe PRDF (2023/2025)
Delegado e suplente da ANPR
Diretor de Assuntos Legislativos ANPR (2023/2025)



OEA



Rafael Osvaldo
Machado Moura

Promotor de Justiça no Estado do Paraná. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-PR. Realizou estágio na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2017. Tem desenvolvido pesquisas sobre o diálogo entre o sistema doméstico de justiça brasileiro e o sistema interamericano de direitos humanos. Coordenador do Núcleo de Proteção aos Direitos da População LGBT, do Programa de Localização e Identificação de Pessoas Desaparecidas do MPPR e dos eixos Migrantes, Refugiados e Apátridas, Política Agrária e Indígena, todos do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MPPR. Membro colaborador da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP/GT4) e do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do MPPR. É integrante do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED.



OEA



Roberta Ferme
Sivolella

Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ – no biênio 2022-2024, atuando como juíza auxiliar no Tribunal Superior do Trabalho de 2016 a 2022, na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e na Vice-Presidência do TST. Juíza do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho da Capital, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Pós-doutoranda em direito público e Doutora em direito processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em direitos sociais – UCLM/ES – e Mestre em direito das relações sociais e trabalhistas pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Membro do Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária e do Comitê Gestor Judiciário de Cooperação Jurídica Internacional em matéria civil e penal. Membro dos Grupos de Estudos voltados ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e voltados à política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário. Diretora de direitos humanos da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – Amatra 1 – no biênio 2016/2018.



OEA



Sérgio Kukina

Graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná. Especialização em Ciências Penais pela Universidade Federal do Paraná e Direito Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É Mestre em Direito (Conceito CAPES 5) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Promotor de Justiça desde 1984, tendo atuado nas Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Faxinal, Pitanga, Guarapuava, Foz do Iguaçu e Curitiba. Promovido a Procurador de Justiça em 2002, integrou a 2ª Procuradoria de Justiça Cível e chefiou a Coordenadoria de Recursos Cíveis do Ministério Público do Paraná. Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde fevereiro de 2013 – Presidiu a 1ª Turma biênio (2015 a 2017) e a 1ª Seção (2021 a 2023), atuou como Ouvidor (2020 a 2021), atualmente membro da 1ª Turma e da 1ª Seção. Integrou a Comissão de Jurisprudência no período de 05.09.2014 a 19.07.2017. Membro da Comissão de Regimento Interno desde 19.07.2017. Conselheiro e Vice Corregedor-Geral do CJF (2022 a 2024). Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência e da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais (janeiro/2024 a março/2024). Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas desde 16.02.2024.



OEA



Tarcísio José Sousa
Bonfim

Tarcísio José Sousa Bonfim é brasileiro, maranhense, nascido aos 07 dias do mês de dezembro de 1973, na cidade de São Luís/Ma. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduação em Ciências Criminais pela UFSC; Pós-graduação em Direito Constitucional pelo UNICEUMA; Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1999, onde passou pelas Promotorias de Justiça de Loreto, Icatu, Vitorino Freire, Cururupu, Balsas, João Lisboa e desde 2013, é titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís. 2º Vice-presidente da CONAMP no biênio 2018/2019; 1º Vice-presidente da CONAMP nos biênios; Presidente da CONAMP, biênio 2024/2026.



OEA

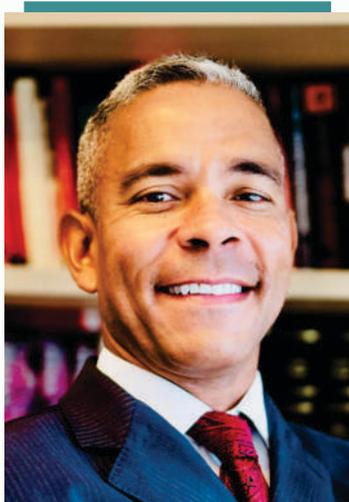


**Valter Shuenquener
de Araújo**

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).



OEA



Vlamir Costa Magalhães

Pós-doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Regulação Pública e Direito Público Econômico pela Universidade de Coimbra. Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Ex-Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro (1999/2004), Analista Judiciário do TRF 2ª Região (1998) e Oficial de Justiça do TRF 2ª Região (1999). É Juiz Federal desde 2004 e autor dos livros: "Corrupção privada e futebol", "O crime de lavagem de ativos no contexto do direito penal econômico contemporâneo" (2ª edição) e "Criminalidade econômica na era do direito penal constitucional".



OEA



Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Walter Barone

Desembargador da 14^a. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Coordenador de Cursos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura – EPM. Presidente do Grupo Ibero-americano da União Internacional de Magistrados – UIM. Vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS. Ex-presidente da Federação Latinoamericana de Magistrados – FLAM. Ex-presidente da 1^a. Comissão de Estudos da União Internacional de Magistrados – UIM. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e em Administração Pública pela Faculdade de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-bolsista do Instituto Max-Planck para Direito Penal e Internacional em Freiburg, Alemanha.